



Tradição discursiva para quê? Contribuições para uma abordagem linguístico-discursiva da aquisição da escrita

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Av. Dom Antonio, 2100, 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: l.damasio@unesp.br

RESUMO. O objetivo deste artigo é contribuir com a proposição de uma abordagem da relação estável-instável da linguagem, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva da aquisição da escrita. A abordagem teórica, construída na associação de fundamentos para a reflexão sobre o funcionamento da língua, do texto e do discurso, parte da concepção de escrita constitutivamente heterogênea (cf. Corrêa, 1997, 2004, 2013), para uma proposta de diálogo crítico com os pressupostos que definem o conceito de tradição discursiva (TD) (cf. Kabatek, 2004a, 2004b, 2005, 2006, 2008, 2012 e Koch, 2008), no âmbito da Linguística Histórica, especificamente a partir de três aspectos centrais da definição da teoria da linguagem coseriana: os entendimentos de língua *histórica* e *social* e o entendimento de língua como *atividade*. Como resultado dessa discussão, as considerações finais propõem o entendimento do conceito de TD como pertencendo ao âmbito da noção de enunciado concreto (unidade de comunicação verbal e real/virtual), caracterizada pelo traço da repetibilidade, ou seja, do que é *fixo* – estável – e *lacunar* – instável – na linguagem. Trata-se, em outros termos, de trazer para o âmbito da aquisição da escrita, por meio da concepção de escrita adotada, a *alteridade em seu sentido forte* (Corrêa, 2013) e, com ela, a exterioridade constitutiva do processo de escrita.

Palavras-chaves: Heterogeneidade da escrita; texto; discurso; instabilidade da linguagem.

Discursive tradition for what? Contributions to a linguistic-discursive approach to writing acquisition

ABSTRACT. The objective of this paper is to provide a contribution by proposing an approach to the stable-unstable relationship of language from a linguistic-discursive perspective of writing acquisition. The theoretical approach is built upon the association of foundations for reflecting on the way of functioning of language, text and discourse. It departs from the conception of constitutively heterogeneous writing (Corrêa, 1997, 2004, 2013), in order to propose a critical dialog with the assumptions that define the concept of discursive tradition (DT) (see Kabatek, 2004a, 2004b, 2005, 2006, 2008, 2012 and Koch, 2008), in Historical Linguistics, specifically from three central aspects of the definition of Coserian language theory: the understandings of historical and social language and the understanding of language as an activity. As a result of this discussion, the final considerations propose that the concept of DT be understood as belonging to the scope of the notion of concrete statement (verbal and real/virtual communication unit), characterized by the trait of repeatability, that is, of what is fixed – stable – and incomplete – unstable – in language. In other words, it is about bringing otherness in its strong sense (Corrêa, 2013) into the scope of writing acquisition through the adopted concept of writing, and, with it, the constitutive exteriority of the writing process.

Keywords: Heterogeneity of writing; text; discourse; language instability.

Received on May 11, 2025.
Accepted on October 10, 2025.

Introdução

O objetivo central deste artigo é contribuir com a proposição de uma forma de abordar a relação entre o estável e o instável da linguagem, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, voltada à aquisição da escrita.

Para alcançar esse objetivo, inicio com a consideração da modalidade escrita não como língua, mas como um *dos modos de atualização da língua*, considerado a partir da heterogeneidade de sua constituição, de sua natureza não autônoma e da natureza histórico-discursiva de sua realização em textos. A própria definição dessa noção de escrita apontará o campo teórico necessário para o tratamento epistemológico do quadro em que redefino o conceito de tradições discursivas (TD), ao me fazer mobilizar noções como de *modo de*

enunciação, acontecimento discursivo, uma noção ampliada de *contexto*, a noção de *gênero do discurso* e de *enunciado concreto*, dentre outras, e, ainda noções do próprio quadro da aquisição da escrita, com o qual pretendo contribuir.

Nessa direção, o leitor encontrará, no delineamento do que está sendo denominado de perspectiva *linguístico-discursiva*, uma associação de fundamentos teóricos para a reflexão sobre o funcionamento da língua, do texto e do discurso. Para isso, apresento, de forma apenas introdutória, a concepção de escrita constitutivamente heterogênea, (cf. 1997, 2004, 2013),¹ tomando-a, assim como o autor, de uma perspectiva discursiva, em sua intrínseca relação com a ideia de escrita *processo*, para a qual importa o seu caráter *movente*. Em seguida, apresento o conceito de TD, buscando os pressupostos que sustentam a definição de Kabatek (2004a, 2004b, 2005, 2006, 2008, 2012) e Koch (2008), no âmbito da Linguística Histórica, para, por fim, reformulá-los de acordo com os interesses do presente trabalho, ou seja, para a proposição de uma abordagem da relação estável-instável da linguagem, passível de iluminar a investigação de dados que se caracterizam pelo entrelaçamento dos acontecimentos de fala e escrita, com destaque especialmente para aqueles reconhecidos como dados de aquisição da escrita.

Esse caráter *movente* da escrita – mencionado há pouco – se contrapõe àquele mais comumente reconhecível – não só no senso comum, mas especialmente nele –, em que a escrita é reduzida a um produto fixo (no papel, nas telas e nos mais diferentes suportes reais e/ou virtuais). A partir da expressão *caráter movente da escrita*, Corrêa (2013, p. 484) estabelece um diálogo com o conceito de *caráter movente da linguagem*, desenvolvido por Mattos (2006), para quem esse caráter é decorrente de dois fatos, distintos e complementares: (i) o de que linguagem e mundo não são nem absolutamente independentes e nem totalmente identificáveis (de modo que a linguagem não seria, portanto, um reflexo do mundo); e (ii) o de que a linguagem deve ser apta a expressar o dinamismo tanto do homem quanto da realidade em que está imerso. Transpondo a reflexão para a escrita, Corrêa (2013, p. 484) reafirma que “[...] a enunciação pela escrita, sendo uma forma de linguagem, não é nem absolutamente independente nem totalmente identificável ao mundo (e ao falado).” Da mesma forma, a escrita, *enquanto atualização de um modo de enunciar*, está apta a expressar o dinamismo das relações humanas e da realidade de diversas formas: plasmando segmentos sonoros em palavras, relacionando as palavras e as orações, sinalizando a prosódia. Para isso, são tomadas as letras, bem como outros recursos gráficos, como o espaço em branco (entre palavras, entre orações, entre parágrafos), a distinção entre maiúsculas e minúsculas, os sinais de pontuação etc.

A concepção de *escrita processo* está condicionada ao seu entendimento como *um dos modos de atualização da língua*, em que sujeito e sentido ganham forma. Esse aspecto processual se distingue da concepção de escrita considerada como código alfabético, normalmente denominada como *modalidade escrita*. Não há, pois, espaço para alguma aproximação com qualquer relação dicotômica entre fala e escrita – quer radical, quer metodológica – se se considera, como é o caso aqui, que, por meio de diferentes práticas (orais, letradas, gesto-visuais etc.), sujeito e sentido se constituem, mesmo que o material empírico analisado se mostre como produto de um único modo de enunciação. Nos termos de Corrêa (2013, p. 491), “[...] a constituição heterogênea da escrita em relação à fala [...] se evidencia quando a escrita extrapola a sua função de código para constituir-se num dos modos de enunciação em que se produzem sujeito e sentido.”²

Conceber a escrita como modo de atualização da língua permite sustentar, para a investigação de sua aquisição, uma abordagem linguístico-discursiva que focalize a relação sujeito-linguagem/língua via relação sujeito-sentido, porque permite delinear um espaço teórico-metodológico para o tratamento do linguístico e do extralinguístico, em que este deixe seu lugar de moldura em relação àquele e que deixe de ser considerado unicamente em seus aspectos pragmático-enunciativos para alcançar proposições sócio-históricas, com inscrições no sistema linguístico.

A delimitação conceitual de tradições discursivas na Linguística Histórica

A noção de TD nasce na Linguística Histórica Românica, no âmbito da Filologia Pragmática alemã dos anos 80, e conceitua uma perspectiva histórica dos gêneros textuais (Aschenberg, 2002) que, com base no entendimento teórico coseriano de *língua concreta*, apoia-se na ideia de que a linguagem não é *produto*, mas *atividade*, e na recuperação de um diálogo com o pensamento aristotélico de Humboldt. Enquanto atividade

¹ Corrêa (1997, 2004) defende a ideia de heterogeneidade da escrita tomando como base a proposta de Street (1984), por sua vez baseada naquela de Clanchy (apud Street, 1984), de que a mudança da ‘memória’ para o ‘registro escrito’, na Inglaterra medieval, foi facilitada pelo *mix* dos modos oral e letrado, o que teria possibilitado a adaptação das formas escritas à prática oral. Destaco, junto com Corrêa (2013), a *adaptação* das formas escritas nessa mudança da ‘memória’ para o ‘registro escrito’.

² Segundo o autor, a escrita, em seu caráter processual, como modo de atualização da língua, é, enquanto tal tomada em sua submissão à heterogeneidade, própria dos usos da língua. Não se trata, pois, de uma concepção de escrita circunscrita apenas ao código alfabético e, por isso, presa a uma variedade normalizada para o processo de codificação, o que, ainda assim, não esconderia o heterogêneo da língua.

criadora, a linguagem não possui caráter *acabado*, de *coisa feita*, mas de um conjunto de *modos de fazer* (Coseriu, 1982), ou ainda de um sistema de produção que surge, apenas em partes, como produtos materializados linguisticamente em textos falados/escritos.

A concepção coseriana de língua, *concreta e histórica*, estende-se também ao recorte sincrônico e se torna, portanto, oposta à concepção saussuriana. Na direção de Coseriu (1981), para a construção do conceito de TD (cf. Kabatek, 2008), parte-se dos três níveis do linguístico: o universal, o histórico e o atual ou individual. No nível universal, a linguagem é considerada como atividade do falar, enquanto fato antropológico, sem distinção histórica (representa aspectos universais genericamente humanos). No nível histórico, é considerada como língua particular (o português, o espanhol etc.), incluindo suas variedades. E, no nível atual/individual, é considerada como “[...] ato linguístico [...] de um indivíduo determinado numa situação determinada” (Coseriu, 1981, p. 272). Portanto, o falar constitui, nessa perspectiva, uma *atividade universal*, realizada por *indivíduos particulares*, enquanto membros de comunidades históricas e, assim, é considerado em sentido universal, histórico e atual.

Para Koch (2008), um texto não depende exclusivamente da tradição linguística e fixa-se, também, em tradições do discurso. Dessa forma, o autor propõe a bipartição do nível histórico, acrescentando, à história da língua, a história das TDs, e considerando que a segunda perpassa, transversalmente, a primeira, no sentido de que o ato comunicativo é filtrado pela organização linguística, de acordo com o *sistema* linguístico e a *norma*,³ e, concomitantemente, pela ordem textual, responsável pela atualização de determinada TD. Na perspectiva da Linguística Histórica, estão presentes também as variações linguísticas, mais ou menos prestigiadas, de modo que as variedades contribuem para a identidade do sujeito e podem ser observadas do ponto de vista geográfico (variação diatópica), social (variação diafásica) e estilístico (variação diastrática).

Kabatek (2006) exemplifica a historicidade da língua, compartilhada pela TD, na intenção de saudar alguém pela manhã, com o enunciado ‘bom dia!’. Nesse caso, não é acionada apenas a Língua Portuguesa como *sistema* e *norma*, seu léxico e sua gramática, mas também uma tradição, estabelecida além das regras da língua, pois, se se recorresse apenas ao sistema, o enunciado seria ‘dia bom’, caracterizado como um resultado da elipse de parte da construção ‘[desejo-lhe um] dia bom’. O enunciado assume a forma ‘bom dia!’, contraria, pois, o que se observa em outros enunciados de mesma estrutura – em que o modificador prototipicamente segue o nome –, por se caracterizar como uma TD, que recorre à tradição histórica da língua – sistema e norma – e se fixa também de acordo com a tradição do discurso.

Apesar de o pensamento mais difundido na literatura ser o que aloca as TDs no nível histórico, Kabatek (2004b) ressalta que não há uma concordância em relação ao lugar exato onde as TDs devam ser alocadas nos estudos da Linguística Histórica, baseados em Coseriu. O próprio Kabatek (2004b) propõe situá-las no nível individual e há, ainda, outros que defendem a duplicação dos três níveis. Por esse motivo, Kabatek (2004a, 2005, 2006) entende ser necessário definir, de maneira mais precisa, a noção de historicidade e apresenta três conceitos distintos, estabelecidos por Coseriu: historicidade linguística *strictu senso* (historicidade da língua dada), historicidade como tradição e historicidade genérica, no sentido de uma ‘pertença à história’.

Segundo Kabatek (2004a), a historicidade da língua (dada) refere-se à historicidade do próprio homem como um ser histórico, “[...] a língua como língua particular é a história de uma comunidade internalizada no indivíduo” (Kabatek, 2004a, p. 162).⁴ O segundo conceito, o de historicidade como tradição, refere-se às tradições de uma comunidade, da recorrência na criação de objetos culturais, da possibilidade de se referir a fatos culturais anteriores, evocados em fatos novos por semelhança funcional, formal ou por parcial harmonia. O terceiro conceito de historicidade está relacionado a “[...] acontecimentos individuais, irrepetíveis e únicos, no sentido do texto como indivíduo, ou seja, cada texto em particular [...]” (Kabatek, 2004a, p. 163), e está no centro da pesquisa filológica tradicional, pois as características de um texto individual servem como modelo para outros textos, o que permite que esse terceiro conceito possa ser situado também no segundo conceito de historicidade.⁵

Segundo Kabatek (2005, p. 161), “[...] uma TD é mais do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também relaciona esse texto com outros

³ Segundo Coseriu (1979), em relação à historicidade da língua, situam-se o *sistema* linguístico e a *norma*, sendo que o *sistema* compreende as possibilidades léxico-gramaticais e a *norma*, as possibilidades do sistema que são efetivamente usadas. Assim, a *norma* se coloca entre o sistema e seu uso concreto.

⁴ Longhin (2014) acrescenta que a historicidade da língua equivale à historicidade do homem social, não entendido apenas em termos da coletividade das classes sociais, mas, sobretudo, em termos dos papéis e relações sociais assumidos, os quais, juntamente com as finalidades comunicativas, determinam o que dizer, como dizer e, por fim, a produção de sentidos.

⁵ Segundo Kabatek (2004a), para Coseriu (1979), assim como para Schlieben-Lange (1993), esse terceiro conceito de historicidade é negado, a partir do entendimento de que o texto não pode ter uma história em sentido próprio, já que o texto por si mesmo não é capaz de desenvolvimento, uma vez que “é produto respectivamente individual da ação comunicativa” (Schlieben-Lange, 1993).

textos da mesma tradição”. Para o reconhecimento de uma TD, o autor propõe que se considerem a TD propriamente dita e a constelação discursiva evocada por ela, numa relação de repetição. Kabatek (2005) define *evocação* como a ação de experimentar novamente uma determinada situação. Ou seja, para utilizar a TD ‘bom dia’, é necessário estar vivenciando uma situação tradicional de saudação. *Repetição* é, por sua vez, a ação de repetir a forma ou expressão linguística evocada pela situação comunicativa. *Evocação* e *repetição* estariam intrinsecamente relacionadas à efetivação de um texto enquanto TD. Uma situação comum, por exemplo, o encontro de duas pessoas, pode evocar uma TD simples, como a saudação, ou, ainda, situações mais complexas e institucionalizadas podem evocar TDs mais complexas, ou, até mesmo, podem evocar umas às outras, através da constelação discursiva.

Nessa perspectiva, expressões de saudação, como ‘bom dia’ ou ‘oi’, por exemplo, são TDs simples – evocam uma situação de comunicação, com termos preestabelecidos pela historicidade da língua. Já uma carta é considerada uma TD complexa, pois é uma forma tradicional de comunicação que, apesar de ter sofrido mudanças de forma e estilo, ao longo do tempo, relaciona-se a outras formas de comunicação, com os mesmos (ou semelhantes) objetivos discursivos, podendo se constituir de outras TDs. Assim, são modos de usar a língua estabelecidos como válidos por serem significativos/tradicionais e por acontecerem por *evocação* e *repetição*. Entretanto, nem toda repetição é uma TD, já que, para ser considerada uma TD, é necessário que seja linguística e discursiva. Segundo Kabatek (2005, p. 5), “[...] os anoiteceres podem ser considerados ‘tradições’ da natureza (ou de uma percepção da natureza), já que se repetem, mas não são tradições discursivas”.

Sistematizando essa discussão, Kabatek (2005) estabelece três condições para identificar uma *repetição* como uma TD: (i) a primeira refere-se à *natureza da repetição*, que deve ser necessariamente linguística – uma árvore, por exemplo, pode ser uma repetição geneticamente idêntica de outra árvore e evocar uma tradição, no entanto, não pode ser caracterizada como uma TD; (ii) a segunda refere-se à *natureza da repetição linguística* – nem todas as repetições linguísticas serão TDs, mas a formação de uma TD exige repetição linguística; há palavras, na língua portuguesa, que se repetem muitas vezes e em muitas situações, como *a*, *é*, *que*, mas que não são, apenas por isso, TDs; e (iii) a terceira condição refere-se ao *conteúdo* – não se pode dizer que a repetição de um conteúdo de finalidade comunicativa já é uma TD, pois as repetições devem estar relacionadas à evocação, já que somente o aspecto textual de uma TD não pode ser explicado sem a contrapartida que o evoca. Uma saudação, em determinada situação, por exemplo, evoca outras situações nas quais se pronuncia a mesma sequência de palavras.

Outro aspecto importante para definir uma TD, segundo Kabatek (2012), deriva de seu caráter composicional. Uma TD pode ser uma forma textual ou uma combinação particular de elementos e não unicamente um texto repetido da mesma maneira. Um texto pode, por exemplo, pertencer ao mesmo tempo à TD ‘soneto’ e ‘poema de amor’ e conter até mais elementos tradicionais separáveis, por exemplo, no emprego particular do material linguístico. Essa composicionalidade é chamada de ‘paradigmática’, relativa à concomitância de referências a diferentes TDs em uma mesma porção de texto e, portanto, à possibilidade de o texto abrir espaços *in absentia* para um conjunto de tradições, não necessariamente pertencentes a um mesmo domínio discursivo. A composicionalidade ‘sintagmática’ é definida na sucessão de elementos (ou de subtextos) ao longo de um texto, referindo-se, pois, em um âmbito local, aos arranjos linguísticos realizados nos espaços abertos na linearidade *in praesentia* do texto: muitos textos não são homogêneos, contêm uma série de textos diferenciados e diferenciáveis (Kabatek, 2012). A expressão ‘Era uma vez...’, por exemplo, caracteriza-se como TD, conforme a composicionalidade sintagmática, na medida em que possibilita o reconhecimento da TD conto de fadas, dado que, ao longo do tempo, foi reconhecida como parâmetro para legitimidade dessa tradição. Portanto, a composicionalidade de uma TD, tanto sintagmática quanto paradigmática, caracteriza uma mescla na sua constituição, refletindo o modo como os sujeitos se inserem nas regras da língua e do discurso.

Sob essa base conceitual, o termo ‘Tradição Discursiva’ abarca, segundo Kabatek (2005), uma ampla gama de fenômenos. Por essa razão, o autor propõe uma definição geral de TD, insistindo sobre o fato de que não se trata, simplesmente, de um sinônimo de gênero, tipo textual etc., mas de um conceito que inclui todo tipo identificável de tradição do falar/escrever:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de

união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados (Kabatek, 2006, p. 512).

Segundo Kabatek (2004a), o princípio da existência das TDs prescinde de maiores justificativas porque está associado ao princípio de economia da atuação humana: falar/escrever não é só falar/escrever algo a alguém de acordo com as regras de uma língua, mas é também falar/escrever algo segundo uma determinada tradição textual.

Tomando os pressupostos teóricos que sustentam o conceito de TD, no quadro da Linguística Histórica, apresentados até aqui, início, na seção seguinte, o que tenho chamado de um diálogo crítico com esses pressupostos, a fim de propor um refinamento do conceito de TD que habilite a sua mobilização para um outro quadro – o dos estudos em aquisição da escrita –, sem, contudo, perder de vista aquilo que, da perspectiva empírica, representa linguisticamente uma TD: textos materializados em gêneros (*carta, atas, editoriais, e-mails, conversa* etc.), tipos textuais (*narrativo, injuntivo, argumentativo, expositivo* etc.), ou construções lingüísticas (*Era uma vez..., Viveram felizes para sempre..., Companheiros e companheiras, Espero que encontrá-lo bem* etc.).

A delimitação conceitual de tradições discursivas na abordagem lingüístico-discursiva

A mobilização do conceito de TD em estudos sincrônicos, especialmente aqueles de caráter aquisicionista, iniciou-se, no Brasil, em 2011, com os trabalhos de Longhin-Thomazi, intitulados *Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída e Junção e(m) aquisição: aspectos morfossintáticos e cognitivos*. Nos anos seguintes, uma série de estudos dedicou-se não só à aplicação do conceito a esse quadro (cf. Longhin, 2014; e Lopes-Damasio, 2014, dentre outros), mas, sobretudo, à proposição de alguns diálogos iniciais entre a proposta original de Kabatek (2004a, 2004b, 2005, 2006, 2008) e Koch (2008) e os estudos de aquisição da escrita, fundamentados em uma visão de escrita constitutivamente heterogênea (cf. Lopes-Damasio, 2016, 2017, 2019, 2022, dentre outros). Portanto, as discussões que apresento aqui sistematizam e/ou reformulam aquelas realizadas na lista de trabalhos citados, a partir de três aspectos centrais da definição da teoria da linguagem coseriana: os entendimentos de língua *histórica* e *social* e o entendimento de língua como *atividade*.

Como apresentei anteriormente, o conceito coseriano de língua histórica está atrelado à *historicidade de uma dada língua*, enquanto língua ou idioma particular, à *historicidade como tradição*, enquanto tradições culturais de uma comunidade, e à *historicidade dos textos individuais*, mobilizados como modelos para outros textos. Nesse conceito, destaco a homogeneidade normalmente atribuída ao idioma histórico (mesmo sob variação externa), numa atribuição muito mais ligada, porém, a uma política de línguas do que à pureza a que o gentílico supostamente se refere. Observo, ainda, que, nessa perspectiva, a exemplo das variedades, que são reconhecidas, mas que não afetam a suposta homogeneidade da língua (sua invariabilidade na variação), a história de transformações da língua é, também, orientada temporalmente/cronologicamente para um suposto estado homogêneo (a língua de uma dada época) e não no sentido de provar sua heterogeneidade (a heterogeneidade de qualquer língua, em qualquer época).

Destaco, no mesmo sentido, a homogeneidade das tradições culturais e das tradições de textos individuais, cada qual ligada ao suposto estatuto homogêneo de uma língua histórica como idioma particular e, sobremaneira, ao conceito de língua social, em que o social configura-se como moldura em relação ao lingüístico. Em outras palavras, a heterogeneidade instalada nesse quadro configura-se como o heterogêneo que se refere a diferentes categorias – reconhecidas pela sociolingüística laboviana, tais como faixa etária, gênero, classe econômica – que, de fora da língua, incidem sobre ela, deixando nela traços que podem ser característicos de diferentes variedades.

Na perspectiva da Linguística Histórica, portanto, estão presentes as variações lingüísticas, como deixam ver os conceitos de *norma* e de *língua concreta*, em oposição ao conceito saussuriano de *langue* – no domínio do sistema abstrato –, e estão presentes as *variedades lingüísticas* (diatópica, diafásica e diastrática), enquanto definidoras da heterogeneidade lingüística. Essa heterogeneidade contribui para a identidade da língua e do próprio sujeito, mas não deixa de funcionar como uma moldura.

Ao se considerar o falar, nessa perspectiva, como ‘uma *atividade universal* realizada por *indivíduos particulares*, enquanto membros de *comunidades históricas*’, fica claro o espaço de moldura daquilo que está sendo tratado como do domínio do heterogêneo: a *atividade*, que se refere ao uso da língua, tomada como *universal*; o *sujeito*, que se refere ao indivíduo empírico que usa essa língua; e o *histórico*, que se caracteriza como uma dentre outras qualificações desse indivíduo e dessa língua, ambos, portanto, com existência

idealizada em identidades isoladamente autodefinidas ou centros exteriores autodefinidos. Trata-se, portanto, da heterogeneidade *na* língua e da concepção de alteridade em seu sentido fraco (Corrêa, 2013).⁶

Considerando tais concepções, o diálogo que proponho retoma os níveis coserianos – universal, histórico e atual – e ressalta que as bases de sua formulação são polêmicas quando aproximadas do quadro que sustenta a concepção de escrita assumida, como *um dos modos de atualização da língua*, em que sujeito e sentido ganham forma.

De início, assumo que o nível *universal* não deve subordinar o *histórico*, já que no universal há o ser humano, mas não o *sujeito histórico*. No nível histórico, o idioma histórico é definido a partir de sua variação constitutiva e não externa e, assim, define-se em sua heterogeneidade oculta por uma política da pureza linguística. Desse modo, as variedades são elas mesmas o efeito da heterogeneidade e a história da língua deixa de ser linear e cronológica – reconhecida muitas vezes por meio de *clines* de mudança que, enquanto recurso metodológico, resultam de uma perspectiva teórica que adota a perspectiva da diacronia ideal (cf. Lopes-Damasio, 2011), – e, ao invés de apontar para um estado homogêneo de língua, passam a provar a sua heterogeneidade. Acrescento a essas ressalvas, quanto ao nível histórico, que não só existe história no nível *atual*, como ela só existe porque o ato linguístico nunca é *individual*.

Nessa direção, nos *modos de atualização da língua*, encontra-se uma ideia de *atividade* que, ao se afastar da noção de 'prática de um sujeito' (numa formulação que guarda o sentido de 'atividade de um sujeito'), aproxima-se daquela em que os sujeitos são efeitos de diferentes práticas (Pêcheux, 1997), ou, em outros termos, aproxima-se do caráter processual desses modos de atualização e, portanto, da aceitação de que a prática de textualização não pode ser resumida à *atividade* de um *produtor de textos* que se antecipa ao próprio texto como fonte do dizer/escrever. Em última instância, essa aproximação significa aceitar a escrita como sujeita à emergência incontrolável da heterogeneidade das práticas sociais, determinadas historicamente. Aqui, o social e o histórico atravessam/constituem a escrita, enquanto modo de atualização da língua, uma vez vinculados ao acontecimento discursivo em que se produzem sujeito e sentido (Pêcheux, 1990). Trata-se, pois, da heterogeneidade *da* língua e da concepção de alteridade em seu sentido forte (Corrêa, 2013).⁷

Nesse diálogo teórico com o quadro inaugural das TDs, a ideia de sujeito da linguagem como indivíduo deve ser integralmente rejeitada, já que não é a singularidade factual, circunscrita a si mesma, que enuncia. A proposição de Corrêa (2004) preenche esse lugar teórico, mantendo um aspecto fundamental da concepção de sujeito assujeitado: a presença do outro como constitutiva do sujeito, marcada, nessa perspectiva, pelas ideias de heterogeneidade e representação. Destarte, é coerente, nesse quadro, o entendimento do sujeito da linguagem como 'individação', referente à circulação dialógica do escrevente e que, portanto, só possui individualidade em relação ao conceito de dialogia. Desse modo, retomando Corrêa (2013), ao invés de acessar o indivíduo empírico, essa concepção permite acessar o sujeito que chega ao discurso por meio de um processo histórico, que dá uma versão de sua realidade empírica, assim como permite acessar um sentido historicamente legitimado – em detrimento de outros, historicamente recalcados – e, da mesma forma, afetado pelo processo de textualização, situado entre lembrança e esquecimento, entre memória e atualização.

A fim de contemplar os aspectos criticados, a partir de uma redefinição que abarque a de Kabatek, ao considerar a TD no texto, enfatizando a produção textual, entendida como processo de textualização, ligo o texto com o intra e o interdiscurso, colocando-o em contato com as práticas do já falado/escrito, enquanto aquilo que é repetição/experiência e é acontecimento/novidade, a partir de um denominador comum, que é histórico. Nessa perspectiva, a TD deixa seu valor de *signo*, conforme afirmado por Kabatek (2005), uma vez que o signo tem significado e significante definidos enquanto produto acabado, e passa a ter seu *valor* no

⁶ Para exemplificar, recupero a relação fala/escrita, a partir da perspectiva metodológica que reconhece, num contínuo tipológico de gêneros textuais, polos opostos para o tipicamente falado, de um lado (exemplificável pelo gênero *conversa espontânea face a face*), e para o tipicamente escrito, de outro (exemplificável, por sua vez, pelo gênero *artigo científico*). O contato entre os gêneros situados nos polos opostos do referido contínuo corresponderia a zero, o que permite concluir que, pelo menos nesses polos, a dicotomia radical estaria mantida. Para os gêneros vizinhos, entretanto, seriam possíveis combinações, de acordo com a tipicidade do meio (sonoro ou gráfico) e da concepção do texto (oral ou escrito). Seria exemplo da combinação típica *sonoro-oral* o gênero *piada*; e, da combinação típica *gráfico-escrito* o gênero *publicidade*. A dicotomização metodológica caracteriza-se, por fim, pela abertura de espaço para as combinações *híbridas*, ou seja, fora da tipicidade do meio e da concepção, como, por exemplo, em gêneros como *conferências acadêmicas* (sonoro-escrita) e *bilhetes ou conversas por whatsapp* (gráfico-oral) (cf. Marcuschi, 2001, com base em Koch & Oesterreicher, 1985). Destaco, com Corrêa (2013), que tanto as combinações típicas, para gêneros vizinhos, quanto as combinações híbridas não preveem a heterogeneidade como constitutiva dos gêneros aí localizados, uma vez que o estabelecimento dos espaços de vizinhança no contínuo é definido pelo critério situacional, responsável pelos registros *formal* e *informal*. Trata-se, portanto, do que Corrêa denomina como 'alteridade no sentido fraco', já que se trata, em última análise, da heterogeneidade *na* escrita. A essa forma de heterogeneidade está subjacente um olhar que "multiplica as diferenças e faz uma lista delas, permitindo-se, por esse procedimento de separação, distinguir, de uma só vez, o mesmo do diferente e os diferentes entre si" (Corrêa, 2013, p. 502). É exatamente essa concepção de heterogeneidade – limitada a uma visão de registros e, consequentemente, de adequação dos textos a um modelo prévio – que fundamenta muitos dos procedimentos usados no ensino da escrita na atualidade (paradoxalmente de acordo com os documentos oficiais, pautados nos gêneros!). A alteridade em seu sentido fraco, agora, mostra-se na ideia de *interferência da fala na escrita*. A heterogeneidade *na* escrita é reconhecida, como interferência; é, frequentemente identificada ao *erro*, e pesa sobre ela o caráter daquilo que deve ser *higienizado*, porque é indesejável e mancha a pureza da escrita, tida como homogênea, ao mesmo tempo que pesa sobre ela a opacidade do preconceito contra a variedade de língua que é a língua materna do aluno e que, também muito frequentemente, não corresponde ao que se imagina como 'língua escrita', enquanto um 'reflexo' de 'norma padrão'. Nesse sentido, quando movido da perspectiva linguística para a perspectiva do ensino, o prejuízo escondido na dicotomização metodológica parece se tornar menos opaco. Portanto, quando está em questão a aquisição da escrita, torna-se ainda mais urgente o afastamento desse tipo de concepção em favor do relacionamento da relação sujeito-escrita, no contexto do ensino institucionalizado.

⁷ Dessa forma, Corrêa (2004, p. 9) define a escrita constitutivamente heterogênea, conforme exposto aqui, em um campo conceitual distinto daquele em que se situam Koch e Oesterreicher (1985), Tannen (1982), Biber (1988), Marcuschi (2008), entre outros.

processo de textualização, em que a significação é intrínseca ao sentido, efeito do funcionamento da língua constituída historicamente, num espaço em que se reconhece, portanto, a heterogeneidade *da* língua.

A noção de texto adotada segue a consideração da linguagem como acontecimento e não adequação, conforme proposta em Corrêa (2007), e a de processo de textualização, caracterizado como *acontecimento*, não acabado senão na relação entre falando/ouvinte, autor/leitor, conforme vim defendendo até aqui. O sentido do texto é construído na experiência desse acontecimento, em que experiência deve ser tomada como retomada do já-experimentado, da memória do já-dito/escrito e do já-ouvido/lido, mas também como novidade da atualização, em consonância com o conceito de TD. À evocação, que é pragmática, e à repetição, que é necessariamente linguística, acrescento, pois, o acontecimento, que é histórico-discursivo, e em que se unem a memória e o atual. Dessa forma, proponho, ainda no âmbito da linguagem como acontecimento, que se entenda 'tradição textual' como a relação entre o texto, em sua singularidade histórica, e a memória, considerada não como memória individual, mas como memória social inscrita em práticas (Pêcheux, 1990). Nessa formulação, assim como o histórico, também o social deixa seu espaço de moldura e passa a constituir o heterogêneo *da* língua.

Ganha destaque, pois, o diálogo intrínseco entre TD, o já-dito, o que se diz e o(s) projeto(s) de dizer, sem, com isso, reduzir a novidade de cada acontecimento discursivo. Nesse âmbito teórico, a expressão *tradição* estará estreitamente relacionada à *historicidade*, no sentido de abarcar textos e fórmulas/expressões que podem caracterizar gêneros institucionalizados e atos de fala fundamentais; mas estará relacionada, da mesma forma, à *experiência*, no sentido do já sabido dessas relações. Por sua vez, a expressão *discursiva* estará relacionada não só à qualificação das tradições como *linguísticas*, a fim de abarcar todo tipo de tradição do falar/escrever, conforme Kabatek (2005), mas também à qualificação das tradições como *acontecimento*, que guarda, a cada realização, uma novidade, dada no modo como se realiza aquela prática (cf. Lopes-Damasio, 2019).

A noção de acontecimento discursivo (Pêcheux, 1990) ganha importante relevo, devido, ainda, às relações estabelecidas entre ela e o conceito de TD,⁸ e será, pois, considerada como língua em contexto, segundo uma esfera de atividade humana (Bakhtin, 1992) e condições de produção do discurso (Pêcheux, 1990). Com essa aproximação, procuro dar conta da repetibilidade das TDs por meio de uma especificação da noção de contexto. Trata-se, pois, de vincular a repetibilidade, num primeiro momento, ao contexto das esferas de atividade humana e ao trânsito dos enunciados concretos, que são, ao lado dos próprios gêneros do discurso, “[...] as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (Bakhtin, 1992, p. 285).

A noção de enunciado concreto não corresponde a uma unidade de realização linguística com sentido completo, enquanto simples produto de uma enunciação, num diálogo com começo e fim marcados no intercâmbio linguístico imediato, mas, no plano semântico, o acabamento de sentido do enunciado situa-se em sua réplica, fruto do diálogo – como conhecido, no senso comum – e do diálogo – como proposto por Bakhtin, entendido como retomada do já-dito. Dessa forma, palavras, enunciados isolados ou combinados carregam a história de sentido dos seus usos e, na qualidade de enunciados concretos (produto de uma ação concreta numa dada prática), são vistos como as amarras que, no pertencimento aos gêneros do discurso, põem em contato, no seu correlato social, as várias esferas de atividade humana.

A apresentação dessa noção de acontecimento discursivo associada aos gêneros do discurso e, mais especificamente, aos enunciados concretos, torna possível situar a TD no âmbito desse panorama discursivo mais amplo. Dessa forma, pode-se pensar o conceito de TD como pertencendo ao âmbito da noção de enunciado concreto. A TD será tomada, pois, como enunciado concreto (unidade da comunicação verbal e real/virtual), caracterizado pelo traço da repetibilidade: nada impede que seja construída de uma única oração, palavra ou unidade da fala (o que acontece, sobretudo, na réplica do diálogo), bem como de obras-enunciados, equivalentes a gêneros discursivos. Dessa forma, a TD perpassa os gêneros discursivos, primários e secundários, ao manter com eles uma relação fundada na sua composição propriamente dita e, ao mesmo tempo, fundada na existência de enunciados anteriores – emanantes deles mesmos ou de outros [gêneros] – aos quais estão vinculados por algum tipo de relação (Bakhtin, 1992).

A TD, enquanto matéria para a produção de linguagem e produto de linguagem, que transpassa a noção de gênero do discurso, obedece a certas cristalizações ou repetições ligadas a um quadro institucional mantido por um certo discurso.⁹

⁸ Por isso, especifico que o enquadramento do acontecimento discursivo, com base na noção de contexto, não será realizado como produto das situações de uso da língua. Nesse caso, em que são considerados o espaço, o falante, a pessoa com quem se fala e o momento em que se fala, a situação presencial é tomada como fator de alteração do registro da língua, produzindo tipos mais ou menos formais de registro. A generalização para tipos de registro produz um duplo efeito: de atenção a comportamentos linguísticos esperados, o que é positivo, mas, também, de abstração do acontecimento, incluindo a consequência paradoxal de situá-lo por antecipação (cf. Corrêa, 2007, 2006b, sobre as clássicas recomendações didáticas de adequação da linguagem às situações), sem evitar as variações não previstas em função do encontro concreto que se dá, a cada vez, entre os participantes.

⁹ Suficientemente distanciado da concepção ingênua da situação imediata de uso da língua, esse ponto de observação das TDs também se distancia das concepções que põem, em

Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 47, e76747, 2025

Ainda para dar conta da repetibilidade das TDs, sirvo-me de outra especificação sobre a noção de contexto. Trata-se de vincular a repetibilidade, num segundo momento, ao contexto das condições de produção do discurso. Dessa forma, o contexto ganha determinada perspectiva sobre a sociedade, na medida em que os lugares sociais e as posições enunciativas ganham voz (e, por isso, ‘falam’), e sobre a história, na medida em que o discurso nasce, segundo Pêcheux (1990), no discurso prévio. Assim, a relação fala/escrita também ganha nova configuração, já que, ao lado da admissão de que a presença física dos participantes é representada no texto falado, admite-se, da mesma forma, a escrita não mais como produto de uma atividade solitária, isto é, a presença física dos participantes perde seu estatuto diferenciador dos produtos dos dois modos de enunciação. Tanto em um quanto em outro, intervêm as representações ligadas às condições de produção projetadas no texto.

A novidade da proposta reside em sua potencial contribuição ao ensino de escrita, focalizado, aqui, especialmente, no processo de aquisição da escrita. Assim elaborada, ao mesmo tempo em que se fundamenta em parâmetros teóricos explícitos para o tratamento de variadas questões de escrita, também se distancia da prática mais comum, fixada em fórmulas para reprodução e associada à aplicação dos gêneros em sala de aula.¹⁰

No ensino da escrita por meio de gêneros do discurso, por exemplo, essa prática mais comum tende a propor para os gêneros um estatuto que não ultrapassa sua formulação puramente verbal, plena de didatismo, mas maximamente esvaziada de seu conteúdo sócio-histórico. Como tais, os modelos fixos acabam por se constituir, inapropriadamente, no ponto de chegada tomado como finalidade da prática didática (Corrêa, 2013, p. 482).

Seguindo o autor, contra essa prática, recorro à Vygotsky (1988, p. 74), quando, para tematizar a questão do *conhecimento fossilizado*, afirma que estudar alguma coisa, a partir de uma perspectiva histórica, significa estudá-la em seu processo de mudança: a forma comportamental fossilizada é “[...] o final de uma linha que une o presente ao passado [...]” (Vygotsky, 1988, p. 74), apresentando-se, pois, como um comportamento automático e mecânico. À luz dessa afirmação, Corrêa aproxima os modelos fixos, que têm servido, de diversas formas, a propostas de ensino da escrita, a comportamentos linguísticos automáticos, mecânicos e, portanto, fossilizados, para usar o termo vygotskyano. Em outras palavras, significa reconhecer que o trabalho didático que parte de modelos fixos de gêneros frequentemente desconsidera a história fossilizada nesse gênero.

Por outro lado, com o conceito de TD, reconheço que a história de um gênero do discurso¹¹ continua a afetá-lo sempre que, no trabalho didático, ultrapassa-se a correção (como via de alcançar a adequação), reduzida unicamente ao caráter *fixo*/estático do gênero¹² para alcançar a dinâmica de seus usos, no processo de textualização, em que atua, como já discutido, a possibilidade de todo discurso marcar-se por uma desestruturação-reestruturação de redes e trajetos, apenas social e historicamente determinados, naquilo que tem sido denominado como a face *lacunar* das TDs (Longhin-Thomazi, 2011a, 2011b; Lopes-Damasio, 2019).

Assim, nos modos de atualização da língua, o diálogo marcado nas TDs pode ser atualizado de diferentes formas, atestando não só a heterogeneidade que as constitui, mas também a atualidade/novidade – passível de ser entendida aqui como expressão sinônima de inventividade – no processo de textualização de determinada TD. Nesse sentido, uma TD está associada àquilo que se repete, nessa tradição, em termos da memória e da experiência historicizadas no ato (o *fixo* da tradição), e àquilo que se repete, nessa mesma tradição, em termos da novidade do acontecimento discursivo, ainda historicizada no ato (o *lacunar* da tradição). Assim, há um distanciamento da simples reprodução de um modelo fixo, para a adoção de um entendimento em que ganha espaço a dinâmica que recupera o caráter de réplica do dialogismo na linguagem.

A partir dessas considerações, duas afirmações são importantes:

(i) a TD não se iguala ao estatuto de uma camisa de forças (muitas vezes atribuído ao trabalho com gêneros nas práticas de ensino), extrapolando, portanto, a mera reprodução de uma fórmula ou daquilo que lhe é *fixo*, para assumir também a sua relação com o *lacunar*, por experimentação de diálogos possíveis com outras tradições, de acordo com o que tenho chamado de *mesclas de TDs* (cf. Lopes-Damasio, 2019), ou, nas palavras de Corrêa: “[...] como ponto de partida para, consideradas as relações intergenéricas previstas ou imprevistas e as relações entre esferas de atividade humana que lhes correspondem, *estarem* no gênero e *criarem* dentro/a partir dele” (Corrêa, 2013, p. 487);¹³

primeiro plano, a presença física dos participantes do discurso ou que reduzem a situação imediata a tal presença. Nesse contexto teórico, amplo as possibilidades de consideração do hibridismo que caracteriza a relação fala/escrita e específico as TDs, demarcando seu espaço em relação aos gêneros do discurso e ao discurso de modo geral.

¹⁰ Esta proposta poderia assumir, portanto, um lugar junto ao que Corrêa (2013) apresenta como “[...] *conceitos de trabalho*, aplicáveis em sala de aula, permeáveis às diferentes situações de prática didática protagonizadas pelos diferentes sujeitos nela envolvidos” (Corrêa, 2013, p. 482).

¹¹ A título de esclarecimento, ressalto que, desde Kabatek (2005), até o diálogo crítico proposto aqui, todo gênero é uma TD, mas nem toda TD é um gênero.

¹² Para marcar esse caráter histórico e, ao mesmo tempo, afastar-me de tais práticas didáticas, o conceito de TD – de acordo com o resultado do diálogo teórico aqui apresentado – permite pensar a relação imprescindível e inevitável entre sociedade, história e língua/linguagem.

¹³ No campo conceitual das TDs, o que o autor chama de relações intergenéricas é definido como *mesclas de TDs* e coincide, em grande parte, com o conceito de *ruínas de gêneros discursivos* (cf. Corrêa, 2004), entendido como lembranças de enunciados genéricos presentes na escrita. Tais enunciados indiciam representações dos modos relativamente estáveis

(ii) a TD, composicionalmente constituída pelo *fixo* e pelo *lacunar*, não prevê a repetibilidade das formas e expressões – materializadas linguisticamente e evocadas a partir do linguístico – como traço exclusivo de apenas um ou outro (o *fixo* ou o *lacunar*), como se, por um lado, a repetibilidade fosse característica reservada apenas ao *fixo* (enquanto categoria fixada *a priori*) e, por outro, a singularidade fosse característica reservada ao *lacunar* (como categoria apenas reconhecível na recuperação do processo de textualização). Com (ii), assumo, pois, a possibilidade de um tratamento metodológico de mesma natureza ao *fixo* e *lacunar* das TDs.¹⁴

A ideia de *mescla de TDs* representa um ganho no escopo do conceito de escrita adotado, uma vez que marca, ela mesma, um centro exterior constitutivo, em que é possível considerar, na relação entre os modos de enunciação, o verbalmente dito e o que se pode dizer a partir do extraverbal. Conforme afirma Corrêa (2013, p. 498) sobre as relações intergenéricas, também a atenção às mesclas de TDs significa a atenção à relação opacidade-transparência da língua/linguagem e às suas diferentes marcas nos textos – mais ou menos opacas –, a fim de evitar o risco de reproduzir a mecanização no ensino dos textos, com atenção apenas à sua parte verbal e desprezo total do extraverbal que os constitui.

Com efeito, as TDs – tomadas enquanto enunciados concretos em sua relação com o acontecimento discursivo e as condições de produção do discurso – apresentam, como condição de sua existência, uma parte verbal e uma parte extraverbal, detectável, essa última, em diferentes aspectos de sua composicionalidade. Dessa forma, a TD, como um conceito de trabalho proposto para o ensino da escrita no processo de aquisição, de uma perspectiva aplicada, e como um conceito teórico-metodológico para a descrição e análise desse processo, de uma perspectiva linguística, não permite, em nenhum dos casos, que se abra mão do extraverbal que lhe constitui.

Nessa perspectiva, a observação da escrita, em aquisição, manteria condições favoráveis à relação sujeito-escrita, por meio da preservação de um lugar forte para a alteridade e do destaque da escrita como processo, enquanto *um dos modos de atualização da língua*, por meio de sua contextualização em TDs, via observação do dizer/escrever em sua relação dialógico-discursiva com o já-dito e o por-dizer, para o que interessa não só o verbal, mas também o extraverbal dos textos.

Considerações finais

Neste artigo, para contribuir com a proposição de uma forma de abordar a relação entre o estável e o instável da linguagem, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, voltada à aquisição da escrita, busquei associar fundamentos teóricos que permitissem uma reflexão sobre o funcionamento da língua, do texto e do discurso. Iniciei o percurso para essa associação com a apresentação da concepção de escrita a que subjaz todos os demais entendimentos aqui considerados: trata-se, antes de mais nada, de saber reconhecer de que 'escrita' se fala quando se fala de 'aquisição da escrita'.

Na linha de Corrêa (1997, 2004, 2013), a escrita foi tomada como constitutivamente heterogênea, definida no encontro entre as práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito, considerando a dialogia com o já falado/escrito e ouvido/lido, e em sua intrínseca relação com o processo de textualização, de acordo com o seu caráter *movente*. Os diferentes percursos de sentido abertos nessa escrita constitutivamente heterogênea, em movimento, foram associados àquele movimento próprio da aquisição (cf. Lemos, 1998). Em outras palavras, tal concepção de escrita – não sedimentada em sua base semiótica – possibilitou a aproximação teórica da proposta de Lemos para o tratamento da aquisição da linguagem (entendida como aquisição de fala), além da adoção natural de sua proposta para o tratamento da aquisição da escrita propriamente dita. Conceber a escrita como *um dos modos de atualização da língua* permitiu sustentar uma abordagem linguístico-discursiva para a sua aquisição, focalizada, essencialmente, na relação sujeito-linguagem/língua, via relação sujeito-sentido.

Essas escolhas teóricas permitiram iniciar o desenho daquele que será o espaço teórico-metodológico para a abordagem do linguístico e do extralinguístico, sem que este 'apareça', no tratamento dos dados, como uma moldura em relação àquele, de modo que esses dados possam ser definidos – enquanto dados de pesquisa – a partir do enunciativo-pragmático e, também, do sócio-histórico, *com inscrições no sistema linguístico*. Trata-se, em outros termos, de trazer para o âmbito da aquisição da escrita, por meio da concepção de escrita adotada, a *alteridade em seu sentido forte* e, com ela, a própria exterioridade constitutiva de todo processo de escrita.

com os quais se enuncia ao longo da vida, nas diversas práticas sociais. As ruínas apontam a intergenericidade, distanciadas de qualquer conotação negativa, e são definidas como "partes mais ou menos informes de gêneros discursivos, que, quando presentes em outro gênero, ganham o estatuto de *fontes históricas – retrospectivas ou prospectivas* – da constituição de uma fala ou de uma escrita" (Corrêa, 2006a, p. 209, grifo meu). A opção por *mescla de TDs* está ligada ao próprio entendimento de TD como tradições de falar/escrever que coincidem com gêneros discursivos, mas também com tipos textuais, atos de fala, construções linguísticas, formas, estilos etc. A composição de uma TD prevê a circulação do escrevente por outras TDs porque está aí subjacente o seu princípio de composicionalidade (sintagmática e paradigmática). Na aquisição do modo escrito de enunciar, essa circulação está intimamente ligada às relações entre fala/escrita e oralidade/letramento.

¹⁴ Para exemplos, cf. Lopes-Damasio & Pedro (2024), Lopes-Damasio & Santana (2024), Oliveira (2024) e Silva (2024), dentre outros.

Nessa perspectiva, passou a interessar, no texto escrito, o jogo entre estrutura e acontecimento discursivo, em que, segundo Pêcheux (1990), está marcada a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais todo discurso irrompe e, ainda, o lugar em que se produzem sujeito e sentido como categorias históricas. O sujeito, concebido como efeito do discurso e, ao mesmo tempo, o sentido, concebido *em (seu) dinamismo*, tornaram-se, portanto, duas das principais consequências do aspecto movente da escrita (Corrêa, 2013).

Assim, esta proposta não permite acessar o indivíduo empírico, mas o sujeito que chega ao discurso por meio de um processo histórico, pelo qual é permitido o acesso a um sentido historicamente legitimado. O acesso a esse sentido se dá via TDs, conforme proposto no diálogo construído com o paradigma das TDs, por meio de uma contextualização da escrita, na relação dialógico-discursiva com o já-dito e com o por-dizer, para o que interessa não só o verbal, mas também o extraverbal dos textos.

O conceito de TD foi reformulado como pertencendo ao âmbito da noção de enunciado concreto (unidade de comunicação verbal e real/virtual), caracterizada pelo traço da repetibilidade (do que lhe é *fixo* – estável – e também do que lhe é *lacunar* – instável), podendo, materialmente, assumir a forma de uma única oração, palavra ou unidade da fala (o que acontece, sobretudo, na réplica do diálogo), obras-enunciados (equivalentes a gêneros discursivos), tipos textuais, dentre outras possibilidades.

Essa reformulação assume seu sentido no tratamento da aquisição da escrita, proposto de forma intrínseca ao tratamento da escrita materializada em TDs, enquanto matéria para a produção de linguagem e produto de linguagem, uma vez que se trata, imprescindivelmente, de uma concepção de escrita concretizada, de forma heterogênea, em práticas discursivas.

Agradecimento

À Fapesp (proc. 2022/02850-0).

Referências

- Aschenberg, H. (2002). Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In M. Drescher (Ed.), *Textsorten in romanischen Sprachvergleich*. (pp. 153-170). Stauffenburg Verlag.
- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal* (M. E. G. P. Pereira, Trad. Original publicado em 1979). Martins Fontes.
- Biber, D. (1988). *Variation across speech and writing*. Cambridge University Press.
- Corrêa, M. L. G. (1997). *O modo heterogêneo de constituição da escrita* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1997.113475>
- Corrêa, M. L. G. (2004). *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Martins Fontes.
- Corrêa, M. L. G. (2006a). Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 45(2), 205-224. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132006000200004>
- Corrêa, M. L. G. (2006b). Heterogeneidade da escrita: A novidade da adequação e a experiência do acontecimento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 8, 269-286. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i8p269-286>
- Corrêa, M. L. G. (2007). Pressupostos teóricos para o ensino da escrita: Entre a adequação e o acontecimento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 9, 201-211. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p201-211>
- Corrêa, M. L. G. (2013). Bases teóricas para o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis)curso*, 13, 481-513. <https://doi.org/10.1590/S1518-76322013000300003>
- Coseriu, E. (1979). *Sincronia, diacronia e história: O problema da mudança linguística*. Presença.
- Coseriu, E. (1981). Creatividad y técnica lingüística: Los tres niveles del lenguaje. In *Lecciones de lingüística general*. (pp. 269-286). Gredos.
- Coseriu, E. (1982). *O homem e sua linguagem*. Presença.
- Kabatek, J. (2004a). Sobre a historicidade dos textos (J. da S. Simões, Trad.). *Linha d'Água*, 17, 157-170. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>
- Kabatek, J. (2004b). Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 27, 249-261.

- Kabatek, J. (2005). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis*, 29(2), 151–177. <https://doi.org/10.18800/lexis.200502.001>
- Kabatek, J. (2006). Tradições discursivas e mudança linguística. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Orgs.), *Para a história do português brasileiro* (pp. 505–527). Universidade Federal da Bahia.
- Kabatek, J. (2008). Introducción. In J. Kabatek (Ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico* (pp. 7–16). Iberoamericana.
- Kabatek, J. (2012). Tradição discursiva e gênero. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Orgs.), *Rosae: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (pp. 579–588). Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Koch, P. (2008). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: El ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In J. Kabatek (Ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico* (pp. 53–87). Iberoamericana.
- Koch, P., & Oesterreicher, W. (1985). Sprache der Nähe – Sprache der Distanz: Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch*, 36, 15–43.
- Lemos, C. T. G. (1998). Sobre a aquisição da escrita: Algumas questões. In R. Rojo (Org.), *Alfabetização e letramento* (pp. 7–18). Mercado de Letras.
- Longhin, S. R. (2014). *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. Cortez.
- Longhin-Thomazi, S. R. (2011a). Aquisição de tradições discursivas: Marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. *Alfa: Revista de Linguística*, 55(1), 225–248.
- Longhin-Thomazi, S. R. (2011b). Junção e(m) aquisição: Aspectos morfossintáticos e cognitivos. *Gragoatá*, 16(30), 221–238. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v16i30.32932>
- Lopes-Damasio, L. R. (2011). *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: Um novo enfoque da gramaticalização* (Coleção PROPG Digital). Universidade Estadual Paulista. <http://hdl.handle.net/11449/109183>
- Lopes-Damasio, L. R. (2014). Junção em contexto de aquisição de escrita: Uma abordagem das tradições discursivas. *Estudos Linguísticos*, 43(3), 1371–1386.
- Lopes-Damasio, L. R. (2016). Para uma abordagem linguístico-discursiva da justaposição oracional. *Alfa: Revista de Linguística*, 60(2), 287–317. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1608-3>
- Lopes-Damasio, L. R. (2017). Uma abordagem da circulação do sujeito pelo universo da escrita via mecanismos de junção. *Estudos Linguísticos*, 46(3), 1041–1057. <https://doi.org/10.21165/el.v46i3.1757>
- Lopes-Damasio, L. R. (2019). O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 21(2), 147–170. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v21i2p147-170>
- Lopes-Damasio, L. R. (2022). Para argumentar, basta começar: Mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 64, e022005. <https://doi.org/10.20396/cel.v64i00.8665885>
- Lopes-Damasio, L. R., & Pedro, C. da C. (2024). A materialidade linguística pelo viés da opacidade. *Revista da ABRALIN*, 23(2), 797–821. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i2.2240>
- Lopes-Damasio, L. R., & Santana, M. D. (2024). For a discursive-linguistic approach to junction. *Revista do GEL*, 21(1), 170–196. <https://doi.org/10.21165/gel.v21i1.3699>
- Marcuschi, L. A. (2001). *Da fala para a escrita: Atividades de retextualização* (2ª ed.). Cortez.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Parábola Editorial.
- Mattos, M. A. B. (2006). Linguagem movente e sacramento. In M. L. G. Corrêa & F. Boch (Orgs.), *Ensino de língua: Representação e letramento* (pp. 19–36). Mercado de Letras.
- Oliveira, G. C. de. (2024). *O papel das tradições discursivas orais na aquisição da escrita em contexto do P.E.J.A.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Pêcheux, M. (1990). O discurso: Estrutura ou acontecimento. Pontes.
- Pêcheux, M. (1997). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (3ª ed.). Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Schlieben-Lange, B. (1993). Teoria e método (Trad. Fernando Tarallo et al.). In *História do falar e história da linguística* (pp. 17–33). Editora da Universidade Estadual de Campinas.

- Silva, B. de P. (2024). *O sentido de tempo na tradição discursiva narrativa: Uma abordagem linguístico-discursiva* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Street, B. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge University Press.
- Tannen, D. (1982). The myth of orality and literacy. In W. Frawley. (Org.), *Linguistics and literacy*. (pp. 34-50). Plenum Press.
- Vygotsky, L. S. (1988). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (2^a ed.). Martins Fontes.